ISSN: 2358-8829

ENSINO MÉDIO INTEGRADO NO IFPB CAMPINA GRANDE: PERMANÊNCIA E INTERSECCIONALIDADE

Caroline Muñoz Cevada Jeronymo [1]
Emanuel Jeronymo Lima Oliveira [2]
Paulina Alves Pereira [3]

INTRODUÇÃO

A permanência estudantil na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica consolida-se como um eixo estratégico para a efetivação das políticas de democratização do ensino e para a conclusão com êxito das trajetórias formativas. Respaldada pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e pela consolidação da Lei de Cotas, a garantia do direito à educação pública exige superar o foco exclusivo na ampliação do ingresso. Evasão e retenção nos Institutos Federais constituem fenômenos multifacetados, condicionados por assimetrias materiais, sociais e simbólicas que atravessam o cotidiano escolar. Para apreender essas dinâmicas, adota-se a matriz teórica da interseccionalidade. Formulada conceitualmente por Crenshaw (1991) e desenvolvida no pensamento crítico de autoras como Collins (2017) e Gonzalez (2020), a perspectiva interseccional estabelece que eixos de raça, classe social e gênero não operam como marcadores isolados ou meramente aditivos, mas como sistemas imbricados de poder que conformam posições específicas de vulnerabilidade. No contexto educacional brasileiro, conforme discutem Biroli e Miguel (2015), o entrelaçamento dessas variáveis produz hierarquias que condicionam diretamente a vida material e o bem-estar dos indivíduos, exigindo análises que incorporem simultaneamente esses vetores de desigualdade. Essa abordagem articula-se às reflexões de Carvalho (2005) e Bezerra e Gurgel (2012) sobre a formação histórica das instituições de ensino no Brasil. O controle eurocêntrico e a exclusão étnico-racial estrutural demandam que as

[1] Mestre, Professora Orientadora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB Campus Campina Grande, caroline.jeronymo@ifpb.edu.br ;
[2] Mestrando de Engenharia Civil e Ambiental da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, emanueljeronymo@gmail.com ;
[3] Mestranda de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba e Professora Orientadora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB Campus Campina Grande, paulina.alves@ifpb.edu.br.

ações afirmativas atuem não apenas na distribuição equitativa de vagas, mas no combate ativamente travado contra a reprodução de privilégios e marcas institucionais de exclusão. O descentramento das identidades na contemporaneidade exige que a gestão educacional compreenda a pluralidade e a complexidade discente, superando visões homogêneas e unificadoras sobre o corpo estudantil para que a escola cumpra seu verdadeiro papel integrador. Nesse contexto, investiga-se a permanência estudantil nos cursos de Ensino Médio Integrado ao Técnico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) – Campus Campina Grande. A pesquisa justifica-se pela necessidade de estruturar instrumentos institucionais de monitoramento capazes de capturar o impacto combinado dos marcadores sociais sobre o risco de retenção e o sofrimento psíquico, superando abordagens fragmentadas. O trabalho tem como objetivo construir um diagnóstico empírico e interseccional acerca do perfil socioeconômico, racial, de gênero e de permanência dos discentes ingressantes no ano letivo de 2025, fornecendo subsídios para a formulação e aprimoramento das políticas de equidade e assistência estudantil.

METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem quantitativa e exploratória para examinar o perfil socioeconômico, demográfico e acadêmico dos discentes ingressantes e a efetividade das políticas de permanência do Instituto Federal da Paraíba (IFPB) – Campus Campina Grande. O universo do estudo compreendeu os estudantes matriculados no 1º ano de todos os cursos técnicos de Ensino Médio Integrado no ano letivo de 2025. A partir de amostragem estratificada proporcional às ofertas formativas, obteve-se uma amostra final validada representativa dos discentes.

A coleta de dados ocorreu presencialmente no campus, mediante questionário impresso composto por questões de múltipla escolha e itens em escala Likert. O instrumento estruturou-se em três eixos centrais: Perfil socioeconômico e demográfico; Bem-estar e permanência estudantil; Acesso, comunicação e efetividade das políticas de apoio institucional. O processamento e a análise dos dados foram conduzidos no programa estatístico Jamovi (versão 2.6.45.0). Utilizou-se estatística descritiva para a caracterização amostral e testes inferenciais de associação, com o objetivo de identificar disparidades estruturais e avaliar de forma crítica o alcance real das políticas assistenciais

ISSN: 2358-8829

no campus, permitindo mapear tendências sem a necessidade de exaurir os dados matemáticos nesta etapa da pesquisa.

Em conformidade com a Resolução CNS nº 510/2016 e com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), o protocolo de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB (CAAE 92354325.4.0000.5185; Parecer nº 7.889.139). A inclusão de participantes menores de 18 anos formalizou-se via Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) assinado pelos responsáveis legais e Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) assinado pelos discentes, assegurando voluntariedade, sigilo e confidencialidade dos registros.

Declaração de Uso de Inteligência Artificial Generativa: Em observância às diretrizes de integridade acadêmica do evento, declara-se o uso de ferramentas de Inteligência Artificial Generativa, especificamente o modelo Google Gemini (versão Gemini 3.5 Flash Lite) no ambiente Gemini Notebook (Google NotebookLM) — empregadas exclusivamente para auxílio na revisão gramatical, aprimoramento da fluidez estilística e suporte na adequação do texto às normas formais de publicação. Todas as etapas de concepção teórica, definição metodológica, coleta de dados, processamento estatístico no software Jamovi, interpretação dos resultados e redação final foram realizadas e validadas integralmente pelos autores, que assumem total responsabilidade pelo conteúdo do trabalho.

REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão das desigualdades que atravessam as trajetórias escolares no Ensino Médio Integrado exige afastar-se de abordagens unidimensionais que isolam marcadores sociais como raça, gênero e classe. Formulada conceitualmente por Kimberlé Crenshaw (1991) e desenvolvida no pensamento feminista negro por autoras como Patricia Collins (2017) e Lélia Gonzalez (2020), a perspectiva da interseccionalidade opera como matriz analítica para examinar o modo como eixos de dominação se entrecruzam, constituindo posições simultâneas de vulnerabilidade e privilégio. No âmbito da ciência política e dos estudos educacionais no Brasil, Biroli e Miguel (2015) enfatizam que essas opressões cruzadas não funcionam de maneira meramente aditiva. O entrelaçamento de gênero, raça e classe social estabelece hierarquias que condicionam a

ISSN: 2358-8829

vida material, o acesso a bens públicos e o bem-estar dos indivíduos. Desse modo, analisar a permanência estudantil sob a lente interseccional implica reconhecer que discentes pertencentes a diferentes arranjos identitários vivenciam a instituição escolar a partir de barreiras e marcadores de exclusão qualitativamente distintos.

A implementação de políticas de acesso e permanência na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) responde a uma herança estrutural de exclusão que moldou a formação social do país. Conforme assinala Carvalho (2005), o acesso às instituições públicas de ensino esteve historicamente reservado às elites econômicas, perpetuando o controle acadêmico baseado no privilégio eurocêntrico e na marginalização de populações negras e indígenas. Nesse cenário, a consolidação da Lei de Cotas e a institucionalização de programas de ações afirmativas emergem como mecanismos imperativos de reparação histórica e justiça distributiva. Como destacam Bezerra e Gurgel (2012), a equidade no espaço escolar exige que o Estado não apenas garanta o ingresso formal, mas intervenha ativamente para desconstruir marcas institucionais de exclusão e assegurar a distribuição equânime de oportunidades.

A permanência discente com êxito requer ainda superar a concepção do estudante como um sujeito homogêneo ou abstrato. Observa-se a dissolução de identidades fixas, o que demanda da gestão educacional uma práxis acolhedora e sensível à diversidade e às vivências plurais do corpo estudantil para garantir que a escola não seja um ambiente hostil. No contexto dos Institutos Federais, a efetividade das políticas de apoio, respaldadas por diretrizes como as dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI, IFPB, 2023) e monitoradas por indicadores oficiais de evasão e rendimento (INEP, 2025) - defronta-se com o desafio de articular a assistência material (alimentação, transporte, moradia) ao suporte psicossocial. O acompanhamento pedagógico e assistencial consolida-se, portanto, quando é capaz de interceptar os efeitos combinados da vulnerabilidade socioeconômica e da discriminação simbólica no cotidiano acadêmico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A investigação empírica realizada com os estudantes ingressantes no Ensino Médio Integrado do IFPB Campus Campina Grande em 2025 revela uma realidade discente atravessada por camadas simultâneas e profundas de vulnerabilidade. Sob a perspectiva socioeconômica, constatou-se que a expressiva maioria dos estudantes situa-

ISSN: 2358-8829

se em faixas de extrema restrição de renda familiar, evidenciando uma dependência econômica acentuada. Além disso, observou-se que quase a totalidade dos alunos não exerce atividade remunerada, dependendo exclusivamente do orçamento de seus lares e do suporte estatal para manter os estudos. Essa configuração material demonstra que a inserção na Educação Profissional e Tecnológica ocorre sob forte pressão financeira, tornando a permanência um desafio cotidiano de subsistência que demanda atenção estratégica da instituição educacional.

A análise demográfica e identitária reforça a necessidade imperativa de compreender esse corpo discente a partir de sua vasta diversidade. A composição étnico-racial apresenta uma pluralidade significativa, com forte presença de estudantes autodeclarados brancos e pardos, seguidos por discentes pretos, além de representações pontuais de grupos amarelos e indígenas. Observa-se ainda a predominância do sexo feminino e uma parcela considerável de discentes pertencentes a orientações sexuais não heterossexuais, indicando múltiplas identidades de gênero e vivências afetivas no ambiente escolar. Essa multiplicidade estrutural evidencia que o público do ensino técnico integrado não pode, sob nenhuma hipótese, ser apreendido como um grupo homogêneo, exigindo que a gestão analise como diferentes marcadores sociais se cruzam na experiência escolar diária.

Ao examinar o alcance das políticas de assistência estudantil, identificam-se gargalos operacionais agudos que limitam a efetividade da proteção social. No Programa de Apoio à Permanência do Estudante (PAPE), percebeu-se que apenas uma pequena parcela dos alunos recebe o auxílio, enquanto a expressiva maioria relata não ser contemplada, a despeito da elevada concentração de famílias em situação de vulnerabilidade. A análise associativa demonstrou uma relação estatisticamente significativa entre a autodeclaração de cor ou raça e o acesso ao programa de permanência. Esse resultado empírico evidencia a presença de assimetrias raciais veladas na distribuição dos recursos assistenciais, indicando que as lógicas de vulnerabilidade atingem grupos específicos com maior intensidade. A situação revela-se ainda mais crítica no Auxílio de Inclusão Digital, cuja cobertura atingiu uma parcela praticamente nula da amostra global, com alcance nulo entre os estudantes ingressantes pelo sistema de cotas. Esse vazio de cobertura demonstra que as ferramentas de acesso à tecnologia não estão alcançando aqueles que mais precisam, prejudicando o acompanhamento pleno das atividades acadêmicas.

ISSN: 2358-8829

Qualitativamente, esses resultados expõem o descompasso entre a garantia formal de direitos e a capacidade real de atendimento da instituição. O baixo alcance das ações de permanência e a ausência de suporte digital para os alunos oriundos de cotas revelam mecanismos de exclusão passiva, nos quais a escassez de recursos ou falhas na comunicação institucional convertem a vulnerabilidade social em barreira pedagógica. Conforme teorizado por Biroli e Miguel (2015), as desigualdades de classe, raça e gênero operam de forma imbricada, de modo que a fragilidade econômica potencializa as dificuldades vivenciadas por estudantes negros e minorias sexuais. Quando a assistência estudantil falha em acolher esses sujeitos prioritários, a instituição arrisca reproduzir as marcas históricas de seletividade e elitismo discutidas por Carvalho (2005). Diante do sofrimento psíquico manifestado pelos discentes e do descompasso na cobertura dos auxílios, conclui-se que a permanência com êxito exige transitar de uma gestão burocrática para uma práxis ativa de acolhimento. A escola pública precisa, dessa forma, estruturar canais permanentes de escuta e de monitoramento interseccional, enxergando o aluno de forma integral e multifacetada, em respeito às diversas dimensões de sua identidade.

Essa realidade observada no IFPB Campus Campina Grande espelha os desafios históricos enfrentados na região Nordeste, onde as disparidades socioeconômicas e os vazios de cobertura assistencial exigem esforços redobrados de proteção social. Em escala nacional, os achados dialogam diretamente com os dilemas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), demonstrando que a expansão do acesso em todo o país permanece incompleta enquanto o financiamento e a execução das políticas de permanência não forem redimensionados para responder às assimetrias regionais e às demandas interseccionais dos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração deste diagnóstico situacional cumpriu o propósito de mapear as condições socioeconômicas, demográficas e de permanência dos estudantes ingressantes no Ensino Médio Integrado do IFPB Campus Campina Grande no ano letivo de 2025. Os resultados demonstram que, a despeito de a instituição contar com uma estrutura normativa sólida voltada à assistência estudantil e às ações afirmativas, persiste uma

distância substancial entre a previsão formal dos programas e o seu alcance efetivo junto aos estudantes em situação de vulnerabilidade.

A análise evidencia que os principais entraves à permanência com êxito não decorrem prioritariamente da ausência de políticas públicas de apoio, mas de limitações operacionais relacionadas à comunicação institucional, à divulgação ativa dos serviços e à focalização das ações. O descompasso entre a elevada prevalência de sofrimento psíquico e o escasso atendimento prestado pelo Núcleo de Acompanhamento Psicossocial (NAPS), associado às distorções no acesso ao Programa de Apoio à Permanência do Estudante (PAPE) e ao alcance nulo do Auxílio de Inclusão Digital entre os ingressantes por cotas, confirma a necessidade imperativa de incorporar a abordagem interseccional na gestão educacional. Compreender de que modo classe, raça, gênero e orientação sexual se entrecruzam revela-se indispensável para evitar que assimetrias sociais se desdobrem em retenção ou evasão.

Como desdobramentos práticos para a gestão institucional e para a comunidade acadêmica, recomenda-se transitar de modelos burocráticos de seleção para estratégias de busca ativa, com a simplificação dos fluxos de solicitação de auxílios e a expansão da capacidade de atendimento dos núcleos pedagógicos e psicossociais. Do ponto de vista metodológico, sugere-se aprimorar os instrumentos de coleta de dados em investigações futuras, refinando a distinção conceitual entre identidade de gênero, orientação sexual e o enquadramento nas modalidades de cotas. Em suma, a consolidação da Educação Profissional e Tecnológica como um bem público, laico e de qualidade exige o compromisso ético e político de converter as ações afirmativas e as políticas de permanência em instrumentos efetivos de equidade, justiça social e emancipação humana.

Palavras-chave: Assistência estudantil. Ações afirmativas. Educação Profissional e Tecnológica. Retenção escolar. Vulnerabilidade social.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos o apoio financeiro da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PRPIPG) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), por meio do Edital Nº 01/2025 - Apoio a projetos de pesquisa, inovação, desenvolvimento tecnológico e social.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Teresa.; GURGEL, Cláudio. A política pública de cotas em universidades enquanto instrumento de inclusão social. **Revista Pensamento & Realidade**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 15, p. 95-117, 2012.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e cconvergências na reprodução das desigualdades. **Mediações**: Revista de Ciências Sociais, Londrina, v. 20, n. 2, p. 27-55, 25 dez. 2015. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/24124. Acesso em: 11 ago. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**.

CARVALHO, José Jorge de. **Inclusão étnica e racial no ensino superior;** um desafio para as universidades brasileiras. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 2005. 14p.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução?: feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 7-17, jun. 2017. Disponível em: https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/07/01.pdf. Acesso em: 09 ago. 2026.

CRENSHAW, Kimberle. Mapping the Margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, Stanford, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, jul. 1991.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano:** ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. 361 p.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA (IFPB). **Resolução nº 61**, de 25 de outubro de 2023. Convalida a Resolução AR nº 17/2022, que dispõe sobre o Regulamento do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – NEABI no âmbito do IFPB. João Pessoa: Conselho Superior, 2023. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/proexc/assuntos/legislacoes-e-normas/resolucao-no-61-2023-cs-ifpb/resolucao-61-2023. Acesso em: 30 ago. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. Censo Escolar da Educação Básica 2024: Resumo Técnico. Brasília: INEP/MEC, 2025. 78p.